

## VIOLÊNCIA E PAZ: PALAVRAS DE ORDEM NA PAUTA DA POLÍTICA EDUCACIONAL<sup>29</sup>

Viviane Pereira da Silva<sup>30</sup>

### Resumo

Este trabalho destaca a centralidade que o binômio violência-paz tem ocupado em parte significativa das ações propostas no contexto escolar, problematizando a constituição da violência como o maior problema do campo educacional na atualidade. Evidencia também as articulações destas práticas com os processos criminalização dos pobres, sobretudo no que se refere à juventude moradora das favelas. Como contraponto, propõe que o que corriqueiramente se percebe como violência nas escolas possa ser analisado como recusa e contestação ao que vem sendo ofertado à população através desta instituição. Neste caminho, a genealogia foucaultiana é uma importante ferramenta de trabalho.

**Palavras-chave:** criminalização , violência na escola, pacificação

### Abstract

This work highlights the centrality that the binomial violence-peace has occupied on significant part of the actions proposed in the school context, questioning the constitution of violence as the biggest problem in the educational field today. It also shows the joints of these practices to the poor criminalization processes, especially with regard to youth resident of the slums. As a counterpoint, it proposes that what is routinely perceived as violence in schools, can be analyzed as a refusal and contestation to which has been offered to the public through this institution. In this way, Foucault's genealogy is an important working tool.

**Keywords:** criminalization, violence at school, pacification

<sup>29</sup> Texto resultado de dissertação. Título da dissertação.

<sup>30</sup> Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP)/Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) Kitembo - Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afrobrasileira - IP/UFF.

Graduação em Psicologia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em psicanálise e saúde mental pelo CEPESAM/IP/UERJ. Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana pelo PPFH/UERJ. E-mail: vps.vivianepereira@gmail.com

A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém.

Michel Foucault

## **Introdução**

A partir da experiência de trabalho como psicóloga em escolas públicas cariocas, constato que o binômio violência-paz tem se destacado como norteador de grande parte das ações, relações e reflexões que têm lugar no contexto educacional. Desde a ameaça à integridade física e emocional de alunos e educadores, até os problemas relacionados ao rendimento escolar e à evasão dos estudantes, os principais impasses vivenciados hoje neste campo são atribuídos à violência. Trata-se de uma forma de violência muito específica, vale ressaltar, normalmente atribuída aos modos de vida de parte dos usuários da política educacional - em sua maioria pobres e, frequentemente, moradores de favela.

Por outro lado, discussões históricas sobre a qualidade da política educacional, pautadas a partir de questões relacionadas às condições de trabalho, salários, planos de carreira e formação permanente, vão perdendo espaço para o discurso monocromático da violência.

Sendo a problemática educacional simplificada e reduzida à violência que vem do usuário, a resposta a este problema - também reduzida e simplificada - estaria no ensino de valores relacionados à paz - tais como solidariedade,

respeito, compaixão, dentre outros -, por meio de programas, ações e projetos que afirmam ter como objetivo a sua construção. Apesar de inicialmente parecerem elementos dicotômicos, violência e paz operam neste contexto como aspectos de uma oposição discursiva complementar, que se engendram num mesmo campo de práticas e não são um sem o outro.

O imperativo da paz não é uma característica específica do contexto escolar. Trata-se de um discurso pregnante em nossa época, que se insere em diferentes contextos: nas favelas, nos protestos nas ruas, nos esportes, nas relações internacionais. Ao modo de uma ladainha, repetem-se textos dogmáticos que demonizam a chamada violência e afirmam seu combate pelo estabelecimento da paz. Ao mesmo tempo, não se para de fazer guerras, seja contra o tráfico, os traficantes, as drogas, o terrorismo, ou contra os pobres.

Nesta perspectiva, violência e paz são usadas como palavras de ordem: concepções cristalizadas que circulam coletivamente, veiculando sentidos determinados aos quais questionar soa ilegítimo e moralmente condenável. Por isso, uma discursividade dogmática, na qual se classifica como “defesa de bandido” quaisquer tentativas de análise da retórica da guerra ao tráfico em sua complexidade - considerando-se as múltiplas relações de forças sociais, políticas e econômicas nela envolvidas.

Em uma perspectiva imanente, no entanto, à paz e à violência não se pode atribuir pressuposto ou essência. É fundamental tomarmos em consideração o concreto das práticas para indagarmos o que se quer dizer quando se pede paz ou o que se propõe quando se implementa ações visando o combate à violência.

Remover o verniz de consenso em torno do binômio violência-paz é a proposta deste texto. Para tanto, operaremos pela problematização destes conceitos. Problematizar é destituir verdades da condição de naturalidade, perguntando-nos pelas suas condições de possibilidade e pelos efeitos que produzem. Na medida em que problematizamos um campo, evidenciamos suas nuances, suas discontinuidades, as distintas perspectivas que o compõem, as relações de forças que nele se produzem. Nesse sentido, assumimos o dissenso e a disputa em lugar de um pretense consenso.

Nesta caminhada Foucault será um importante companheiro. Ele nos lembra de que devemos estar atentos: é preciso “ouvir o ronco surdo da batalha” (FOUCAULT, 1983, p. 269). A batalha de que nos fala o filósofo ocorre em um campo de disputas constituído por práticas discursivas e não-discursivas, que gira em torno da legitimidade dos saberes e do exercício dos poderes.

Neste sentido, destacarei aqui algumas engrenagens importantes que concorrem para a construção e circulação dos conceitos violência e paz como palavras de ordem no cenário escolar: a função desempenhada pelos veículos midiáticos e pelas produções do campo científico neste contexto.

### **Da criminalização como estratégia de controle da juventude**

#### Cena 1: Capitães da Areia: de Salvador a Copacabana.

Hoje, em Copacabana,<sup>31</sup> muitas lutas estavam em jogo, dentre elas a de classes. Os Capitães

---

<sup>31</sup> Trata-se da 19ª Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), ocorrida em Copacabana, em 16 de novembro de 2014.

da Areia<sup>32</sup> também resolveram dar uma volta na praia, para horror dos demais, que lutavam pela possibilidade de amar livremente. Os Capitães da Areia também tinham desejos (!), incluindo provavelmente o de transitar livremente. Nesta festa, no entanto, só seriam convidados como ladrões, ainda que não roubassem.

E quando as pessoas vibravam e batiam palmas, eu ia ver o que estava acontecendo - achando que seria uma *drag* exuberante ou um beijão *caliente*. Triste de perceber que as pessoas vibravam porque um dos moleques tinha sido pego e tomava sopapos, ora de um desses que queriam amar livremente, ora de um segurança particular, ora de um policial.

O protagonista do espetáculo deixou de ser o amor livre e passou a ser o ódio àqueles que vinham perturbar uma festa tão animada e colorida (Diário de Pesquisa, novembro de 2014).

No romance de Jorge Amado, os personagens que compõem o grupo dos Capitães da Areia são anti-heróis, heróis tortos por quem torcemos, apesar de suas atitudes por vezes serem consideradas incorretas. Simpatizamos com estes personagens por conhecermos sua história, seus medos, anseios, desejos, suas justificativas. Torcemos por eles por saber das violências às quais foram submetidos, da desigualdade social e do desamparo que atravessam suas vidas.

O encontro com o outro em sua diferença (GALLO, 2008) implica na possibilidade de produção de saber a partir do próprio encontro, um saber que não se baseia em representações e preconceções. A experiência com os personagens de Jorge Amado produz essa abertura à surpresa e à complexidade que o outro traz em sua humanidade, ao mesmo tempo geradora de simpatia e reprovação, raiva e

---

<sup>32</sup> Referência ao livro de Jorge Amado, assim intitulado, que narra as desventuras de um grupo de crianças e adolescentes que vive por conta própria em um trapiche, no litoral de Salvador. Para garantir a sobrevivência, realizam roubos, furtos e pequenos serviços ilícitos em troca de pagamento e favores.

---

apreço, um encontro que nos divide e envolve na trama multifacetada da alteridade.

De outra ordem foi o encontro que se deu em Copacabana entre aqueles que participavam da passeata LGBT e os meninos que circulavam e realizavam assaltos. Era uma interação que se dava a partir da representação demonizada de seres que se poderia linchar, bater ou matar com aparente tranquilidade, que sequer mereciam a dignidade de serem apreendidos conforme orientam as regras legais relacionadas ao delito que cometiam.

Tais tipos de sentimento e julgamento nada têm de natural. Eles vêm se produzindo historicamente através da ameaça que se atribui aos grupos mais pobres e, particularmente, aos jovens que dele fazem parte.

Malaguti Batista (2003) ressalta as continuidades que operam nas estratégias de contenção dos pobres em nosso país, bem como a importante função que historicamente a produção de medo vem nelas desempenhando. Segundo a autora, diante de avanços no sentido do estabelecimento de maior igualdade social, econômica, política ou cultural, é frequente a ocorrência de reações conservadoras e violentas, fundadas no pânico gerado pela ameaça de perda de poder e prestígio que se concentra nos grupos abastados. No entanto, não são apenas os mais favorecidos que são tomados pelo pânico e exigem medidas austeras de contenção dos perigos, mas também as classes pobres, alvo privilegiado deste controle.

No encontro com os Capitães da Areia de Copacabana, a maioria das pessoas - independentemente de sua classe social - não se mostrava dividida, não parecia se indagar sobre porque estavam ali vários grupos de meninos assaltando, o que isso teria a ver com os grandes eventos que vêm acontecendo na cidade (Copa do Mundo de Futebol,

Olimpíadas, dentre outros), com nossa herança escravocrata ou com as operações de ocupação e militarização das favelas. Mostrava-se apenas ódio e a vontade de que aqueles invasores fossem subtraídos da festa e punidos pelo incômodo causado.

A mim intrigou a ousadia destes meninos. Em sua maioria muito novos, menores de idade, magros, pretos, sem camisas, sem maiores recursos de defesa que os pés ágeis e a perícia na arte da fuga. Andando em bandos, mostravam em sua atitude, ginga e olhar que estavam ali para tirar o sossego dos demais, para causar medo, desconfiança e para faturar alguns objetos de valor. Não havia disfarce ou discrição, vestiam o personagem do pivete e desafiavam, pondo em risco a própria vida, sua liberdade e integridade. Para alguns, atitude típica de quem não tem nada a perder. Para mim, a ousadia e a petulância de quem não se resignou a não ganhar, contrariando o que toda uma organização social lhes diz todo o tempo. Ousadia de quem insiste, de quem se acha no direito, como todos os demais, de ganhar - nem que seja à força.

Para exemplificar o problema que os jovens livres constituem para a sociedade, Augusto (2013) cita diferentes momentos históricos em que os jovens confrontaram e desafiaram as autoridades políticas e sociais em nosso país. No final do Império, os choques frequentes com jovens negros filhos de escravos, quilombolas e capoeiras; na República Velha e parte do Estado Novo, os confrontos com os jovens filhos de migrantes; na ditadura militar, a resistência dos estudantes secundaristas e universitários. Acrescentamos ainda, a partir de acontecimentos recentes, a atuação dos *black blocs* na contestação à sociedade de consumo e a princípios que norteiam o sistema capitalista neoliberal. A estes jovens insubordinados é preciso calar, conter: criminalizar.

A criminalização é um processo de produção subjetiva que gera forte rejeição àqueles que são transformados em inimigos sociais. A demonização de determinados indivíduos e grupos cria a ilusão de que representam o mal e de que todo o restante da sociedade funciona adequadamente. Logo, se estes que encarnam o mal forem eliminados - sendo mortos, presos ou pacificados/invisibilizados - a sociedade poderá funcionar melhor, de maneira mais segura, proporcionando felicidade aos cidadãos de bem.

Em outros termos, a criminalização é uma forma de anular o potencial de contestação que a atitude destes jovens poderia trazer à organização social de que fazem parte. Menos cronificados pela disciplina e menos conformados do que os adultos, os jovens tendem a criticar de maneira mais radical, muitas vezes em ato, aquilo com que não concordam, motivo pelo qual constituem um perigo para qualquer ordem vigente. Como afirma Augusto (2013, p.39):

Criança livre é um problema. Um problema para a sociedade. A sociedade não a suporta e quer domesticar esse filhote de gente. Domesticar e conter crianças: um problema para os adultos. Elas são temidas pelo mundo adulto como a possibilidade do desconcerto, da ação fora do regramento e da regulação. Uma criança livre, para o mundo adulto, é 'criança criminosa'.

Em função das crises institucionais e das mudanças de paradigmas sociais, convivemos hoje com uma série de fatores geradores de ansiedade, relacionados sobretudo às formas de trabalho e consumo: flexibilização das condições de trabalho, incluindo a perda de direitos adquiridos através das lutas trabalhistas; exploração acentuada dos trabalhadores, através da perspectiva da polivalência; transformação dos vínculos afetivos e pessoais em função da mercantilização das relações; dentre outros.

No entanto, os fatores que concorrem para a fragilização subjetiva e para a elevação da angústia são naturalizados. O medo, a ameaça e a instabilidade são sentimentos deslocados destes fatores estruturais e encarnados no problema da pequena delinquência de rua. A falta de segurança é atribuída à tal delinquência, considerada um dos maiores problemas das metrópoles. O restabelecimento da paz e da ordem, portanto, justifica a tomada de quaisquer medidas que busquem conter e eliminar estes grupos que encarnam o mal e o perigo. Neste cenário, a criminalização das parcelas mais jovens das camadas populares, através sobretudo da retórica da guerra ao tráfico, tem ocupado função estratégico.

### **Violência e paz: algumas notícias**

Em julho de 2014, uma notícia veiculada no Fantástico<sup>33</sup> publicizou o assassinato de um adolescente e a tentativa de assassinato de outro garoto, no Morro do Sumaré, Zona Norte do Rio de Janeiro, por policiais militares<sup>34</sup>. Os meninos teriam sido apreendidos tentando roubar. Os equipamentos do carro de polícia registraram a conversa dos policiais, que falavam de maneira jocosa sobre como havia se dado a tentativa de execução dos meninos. Tais diálogos foram exibidos pelo programa em rede nacional. Por fim, um dos policiais disse que se assassinassem dois garotos por semana, bateriam a meta.

Após a exibição do diálogo travado entre os dois PMs, a discussão feita pela reportagem me impressionou. Não houve

---

<sup>33</sup> Programa exibido pela Rede Globo de Televisão, de transmissão nacional nos domingos à noite, contando com elevado índice de audiência.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/07/menos-dois-diz-pm-acusado-de-executar-menor-de-idade-no-rio.html>. Acesso em: 01/08/2014.

qualquer questão produzida sobre o ato da execução em si. Toda a discussão girou em torno da importância dos equipamentos de vigilância, que são instalados nos carros da polícia militar em alguns estados do Brasil. O tom da matéria foi de defesa da importância de se ter tais equipamentos para provar a inocência ou a culpa dos policiais em ocasiões polêmicas, citando como referência os Estados Unidos, onde esta prática é habitual.

Ao mesmo tempo em que ratifica a banalização do assassinato de jovens pobres por parte da polícia na capital carioca, a matéria consiste em um elogio às práticas de vigilância e controle como um fim em si mesmas, já que os conteúdos que puderam ser apreendidos pelos recursos tecnológicos sequer foram analisados enquanto acontecimentos importantes.

Segundo Wacquant (2001), dentre os mecanismos privilegiados na produção do pânico social que subsidia nossas políticas de segurança, temos os institutos de pesquisa e os aparelhos midiáticos que veiculam, com maior ou menor dose de sensacionalismo, notícias que apontam para um aumento sem precedentes na quantidade e na gravidade das ocorrências violentas. Associada a tais notícias de cunho apocalíptico, veicula-se com o mesmo entusiasmo a perspectiva segundo a qual a única resposta viável a este fenômeno seria o recrudescimento da intervenção penal-policial, que passa então a ser amplamente demandada pela população. Tais análises atraem políticos e jornalistas, em um mercado comum no qual se vende tanto notícias e previsões desalentadoras quanto soluções extremas de repressão ao suposto fenômeno da violência.

Em acordo com Wacquant, Malaguti Batista (2003, p.33) afirma:

(...) a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os 'novos tempos. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação de realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo de criminoso.

Para Brito (2014), tem sido clara a relação entre acontecimentos de repercussão midiática e a produção legislativa. Segundo afirma, consolida-se uma prática política pautada pela mídia, que tem no clamor público e no pretenso sentimento de indignação os principais motores de proposições legislativas, de cunho populista e oportunista.

Neste contexto, ganha espaço nos noticiários a chamada violência escolar. Tal categoria é ratificada a cada novo caso noticiado incessantemente através das rádios, emissoras de televisão, jornais, revistas e *internet*. A partir de análises que geralmente se atêm aos limites internos dos muros escolares ou, quando muito, atribuem tais situações a uma espécie de conduta violenta que seria típica das comunidades mais pobres, clama-se por soluções por parte do poder público para a violência nas escolas.

Neste sentido, o *bullying* é um exemplo paradigmático. Em seu estudo sobre o tema, Brito (2014) encadeia grande número de notícias veiculadas pela internet, produções acadêmicas, projetos de lei (PLs), leis já consolidadas e informações disponíveis em meio eletrônico acerca de institutos e organizações diversos que desenvolvem trabalhos sobre o *bullying*. Sua pesquisa enfatiza a construção rápida e massiva desta categoria como um fenômeno de nosso tempo,

uma ameaça real que precisaria ser controlada independentemente dos esforços e investimentos exigidos.

Apesar de haver estudos e trabalhos anteriores sobre o tema, sua disseminação se deu principalmente a partir da tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, município do Rio de Janeiro, onde um ex-aluno entrou no dia 07 de abril de 2011 atirando, matando e ferindo diversos alunos e suicidando-se em seguida. Em meio a uma produção extraordinária de notícias a partir deste acontecimento, as elucubrações de jornalistas, vítimas e especialistas permitiram que a ele fosse atribuída uma causa: o *bullying*. O ato deste ex-aluno - afirmaram especialistas a partir de uma carta deixada pelo rapaz - teria sido uma vingança pelos anos de violência sofridos na escola. Desde então, o termo se popularizou rapidamente.

Dentre os 26 PLs relacionados ao *bullying* e identificados por Brito (2014), muitos determinam a realização de ações de prevenção, conscientização e combate ao *bullying* no âmbito escolar: seminários, inserção da temática nos projetos políticos pedagógicos, realização de campanhas através de materiais didáticos, contratação de psicólogos para atuar de maneira preventiva, denúncia obrigatória por parte dos educadores e demais profissionais aos órgãos competentes, constituição de comissão *antibullying* em todas as escolas, dentre outros. Outros PLs reivindicam a criminalização do *bullying*, através de propostas de alteração do Código Penal Brasileiro e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os processos de criminalização contribuem para o aumento da sensação de insegurança e de ameaça da violência. Atos até então percebidos como parte do repertório de comportamentos corriqueiros entre crianças e adolescentes

passam, através da produção do fenômeno *bullying*, a ser abordados pelo viés da violência: compondo estatísticas, gerando registros em delegacias, processos judiciais e campanhas de enfrentamento.

Criminalizar é uma maneira de homogeneizar posicionamentos e de retirar temas e práticas do campo da discussão, da reflexão e da pactuação. A partir de sua constituição como violência, passa a ser moralmente condenável pôr em questão o fenômeno do *bullying*, sob pena de acusação de conivência com agressores e omissão de socorro a vítimas. Em princípio, diante da lei nos cabe apenas a obediência. Por isso é estratégico tratar o *bullying* e outros temas pelo viés dos direitos humanos e da garantia de direitos, que vêm se consolidando também como uma via profícua de criminalização.

Apesar do destaque no âmbito educacional e da grande mobilização de verba e ações visando seu enfrentamento, o chamado *bullying* seria apenas uma dentre as diferentes formas de violência que ganham repercussão a partir do cotidiano escolar. Notícias que dão visibilidade a situações diversas classificadas como violentas e que reforçam a perspectiva deste como o maior problema a ser enfrentado nas escolas públicas se multiplicam não apenas no Rio de Janeiro, como também no restante do país e em diferentes partes do mundo.

A manchete “Cresce Número de Professores Afastados por Problemas Psicológicos - Profissionais revelam que ameaças de agressão geram rotina de stress. 15% das licenças médicas foram concedidas aos profissionais da educação”<sup>35</sup>, por exemplo, faz referência à rede educacional do estado de

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/01/cresce-numero-de-professores-afastados-por-problemas-psicologicos.html>. Acesso em: 15/10/2014.

---

Alagoas. Independentemente de uma análise mais cuidadosa que se possa fazer sobre os dados estatísticos apresentados na matéria, a mensagem transmitida destaca a incidência do adoecimento psíquico dos docentes em função de hostilidades praticadas pelos alunos. Ainda que o conteúdo do texto cite, de maneira genérica, a existência de condições ruins de trabalho, a ênfase recai sobre a atitude dos alunos, através do relato de casos de docentes que sofreram ameaças.

Por fim, é apresentada a experiência de uma unidade da rede estadual que adotou o policiamento intensivo e a revista de alunos como resposta aos muitos casos de violência que teriam sido registrados em 2012. A estratégia foi avaliada pela diretora da unidade como exitosa: “Tivemos um aumento de 200% no número de matrículas e 30 alunos conseguiram boas notas no ENEM e garantiram uma vaga na universidade pública. Estamos trabalhando com o jovem para que ele entenda que eles precisam do professor”. A matéria traz ainda o pronunciamento do “Secretário de Promoção da Paz” - cargo existente naquele estado -, segundo o qual as referidas medidas continuavam a ser praticadas, apesar de em menor intensidade, tendo em vista a pretensa queda na ocorrência de situações violentas.

Em agosto de 2014, um acontecimento trágico teve repercussão nacional: um professor do ensino fundamental da rede pública de Sergipe foi ferido gravemente por tiros disparados por um aluno dentro da escola em que lecionava, em função de divergências em relação à nota que lhe teria atribuído. Após dois meses e meio internado, o docente teve alta<sup>36</sup>.

Cerca de 15 dias após o ocorrido, outra matéria traz como manchete: “Professora tenta suicídio por duas vezes

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/69/80761/professor-baleado-em-escola-tem-alta-.html#.VKqcatLF9ps>. Acesso em: 01/12/2014.

---

após agressões consecutivas de alunos”<sup>37</sup>. O texto apresenta tom marcadamente dramático, que tem como eixo de discussão a experiência de uma professora que leciona na cidade de São Paulo. Falas da docente ilustram a matéria e demonstram a vivência de um sofrimento psíquico bastante grave, atribuído - de maneira reducionista, avalio - à experiência de docência na escola pública: “Dou aula de porta aberta por medo do que os alunos possam fazer. Não dá para ficar sozinha com eles”. Com relação à sua primeira tentativa de suicídio, ocorrida quando descobriu que estava grávida, teria afirmado: “Quando vi que teria um filho, fiquei desesperada. Eu não queria gerar mais um aluno”. A matéria traz a avaliação de um psiquiatra que realiza terapia de grupo com professores há 25 anos, no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, segundo o qual o trauma após agressões é o principal motivo de licenças médicas e transtornos psíquicos entre os professores, mais do que, afirma explicitamente “salários baixos ou falta de estrutura”.

Esta reportagem faz parte de uma série produzida pela BBC Brasil<sup>38</sup>, cuja proposta era trabalhar temas que seriam importantes para os debates referentes às eleições presidenciais de 2014, apurados com o público através das redes sociais. No campo da educação, o primeiro tema a ser trabalhado, em função da relevância que teria apresentado na consulta ao público, seria a violência contra o professor<sup>39</sup>.

Apenas cinco dias após a matéria da BBC, notícia veiculada no sítio do Jornal O dia trazia como manchete:

---

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140818\\_salasocial\\_elei\\_coes\\_educacao\\_perfil\\_professora\\_rs](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140818_salasocial_elei_coes_educacao_perfil_professora_rs). Acesso em: 15/10/2014.

<sup>38</sup> Emissora de televisão. Agência brasileira da British Broadcasting Corporation (BBC).

<sup>39</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140825\\_salasocial\\_elei\\_coes2014\\_introducao](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140825_salasocial_elei_coes2014_introducao). Acesso em: 15/10/2014.

“Brasil é líder mundial em agressão a professores”<sup>40</sup>. A matéria apresentava dados de uma pesquisa mundial realizada pela OCDE e fazia referência ao caso do professor baleado em Sergipe, como um exemplo a ilustrar a discussão do tema. O subtítulo da manchete dizia que 12,5% dos professores brasileiros entrevistados seriam vítimas de agressão ou intimidação ao menos uma vez por semana. Estes números impressionam, sobretudo se não há uma discussão qualificada sobre o que se entende por “agressão ou intimidação”, em que contexto se apresentaria, o modo como se vem buscando lidar com tais situações em cada caso. Não trazer à discussão tais aspectos tem implicado no tratamento reducionista da questão e na individualização da culpa por um problema que é coletivo, atribuindo-se exclusivamente ao comportamento dos alunos acontecimentos relacionados a múltiplos vieses: sociais, econômicos, culturais, institucionais.

Outras grandes dificuldades vivenciadas cotidianamente, como a falta de professores e de funcionários administrativos, a existência de turmas com número excessivo de alunos e bastante heterogêneas, quanto ao nível de aprendizagem - o que demanda do professor a realização de atividades diversificadas em uma mesma turma - e a ausência de professores substitutos para suprir aqueles que se encontram licenciados, já não ocupam espaço nos noticiários.

Nos tempos atuais, em que os conteúdos que ganham repercussão midiática vêm pautando fortemente a atividade política, tais reportagens servem à fundamentação de projetos de lei que visam solucionar aquele que vai se consolidando como o principal problema educacional contemporâneo: a violência escolar. Neste sentido, por exemplo, foi proposto pelo

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-08-30/brasil-e-lider-mundial-em-agressao-a-professores.html>. Acesso em: 15/10/2014

Vereador Coronel Telhada, na cidade de São Paulo, o Projeto de Lei (PL) 412/2013 que propõe o pagamento de adicional de periculosidade aos professores que lecionam em escolas localizadas em áreas consideradas mais violentas. A matéria “Risco de professor já é visto como o de um PM”<sup>41</sup> anuncia a aprovação do PL pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de São Paulo e traz a apelativa declaração do seu autor: “Ser professor é uma profissão de risco comparada à de um policial, com o agravante de que o professor não tem uma arma de fogo para se defender”.

A criminalização dos problemas educacionais, ensejada pela leitura das questões que a escola enfrenta pelo viés da violência, obedece à lógica judicializante: produz a dicotomia vítima/agressor e aposta na punição como solução para os impasses que se apresentam.

Na sequência de reportagens apresentadas, os professores são as vítimas e os alunos são os agressores que devem ser punidos. Conforme a experiência que vivencio, no entanto, as hostilidades muitas vezes são mútuas, mais variadas e complexas do que as apresentadas nas notícias que circulam, dando corpo a uma violência escolar que vai ganhando formas caricaturais.

Classificar um ato, comportamento, modo de vida ou atitude como violento é criminalizá-lo e acionar circuitos de produção de saber e de controle específicos. Nas escolas, o que era considerado problema pedagógico passa a ser tratado como questão policial e judicial, deixando de fazer parte do âmbito de atuação educacional e gerando a demanda de intervenção dos agentes de coerção do Estado.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <http://diariosp.com.br/noticia/detalhe/56001/Risco+de+professor+ja+e+visto+como+o+de+um+PM>. Acesso em: 15/10/2014.

Neste sentido, chama atenção o estreitamento das parcerias entre a guarda municipal, as polícias militar e civil e as escolas. Percebo ser cada vez mais frequente o recurso dos educadores a tais entidades, seja para a formalização de registros de ocorrência acerca de problemas originados na unidade escolar, seja na convocação de policiais para conterem e diluírem brigas e confusões com alunos ou responsáveis, seja para realizarem oficinas e palestras com fins de prevenção à violência.

Esta produção do enfrentamento à violência escolar como o principal desafio educacional da atualidade, no entanto, não é uma exclusividade da realidade brasileira, mas uma tendência que se apresenta em diferentes partes do mundo. Brito (2014) faz referência a estudos na França e nos Estados Unidos que, produzidos em diferentes momentos históricos, apresentaram enfoques diversos.

Nas décadas de 70 e 80, na França, como reflexo dos embates políticos que contestavam relações autoritárias, os estudos sobre a violência nas escolas enfatizavam a existência de uma violência institucional em relação à qual a conduta hostil dos alunos seria uma reação. Já nos EUA, os estudos dos anos 80 interrogavam o baixo rendimento dos alunos nas avaliações e buscavam caminhos para reverter este quadro. Na década de 90, no entanto, em ambos os países, as pesquisas passaram a sugerir que o principal problema educacional seria a violência escolar e que esta teria como origem os próprios alunos, em razão de sua condição social, econômica e cultural.

Nos EUA, esta mudança de enfoque foi atravessada pela “guerra às drogas”. No final dos anos 80, a droga passou a ser tomada como um problema que afetava gravemente as escolas, levando a ocorrências violentas que deveriam ser

tratadas pelos equipamentos de segurança. Posteriormente, passou a ser considerada também como causa do baixo rendimento dos alunos e principal problema a ser enfrentado no âmbito educacional. A propagação de certo pânico sobre o perigo que as drogas traziam ao contexto escolar foi a via que inseriu na agenda norte-americana os programas de prevenção contra a violência e pela segurança nas escolas. Segurança e tecnologia passaram a ser palavras-chave na reestruturação dos colégios, implicando o repasse de verbas específicas a escolas que comprovassem ter problemas em relação à violência (BRITO, 2014).

Em todos estes casos, o pânico social em torno da violência nas escolas tem tornado próspero e promissor um amplo mercado da paz. Câmeras, empresas de segurança, metodologias pedagógicas e terapêuticas voltadas a crianças que vivem situações de violência, verbas específicas para escolas localizadas em áreas consideradas violentas, palestras, seminários e capacitações sobre como ensinar ou cuidar em territórios violentos, programas, institutos e organizações que trabalham com combate e prevenção à violência, redes de pesquisadores, ONGs, organizações sociais (OS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS), legisladores, veículos midiáticos, instituições públicas - como secretarias de saúde, educação e desenvolvimento social, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Nacional de Justiça - e organismos internacionais, tais como UNICEF e UNESCO, são alguns dos componentes desta rede complexa e diversificada. Para operar o funcionamento desta engrenagem, grandes somas de dinheiro público e privado se fazem necessárias e tais gastos, apesar de tratarem as questões que se passam nas escolas como problemas de segurança pública, muitas vezes são contabilizados como gastos com educação.

## **Concluindo e conjecturando**

Tem sido comum a circulação de discursos que afirmam o fracasso da escola. Tais perspectivas partem do pressuposto de uma escola idealizada e a comparam com as cópias imperfeitas de que dispomos na realidade. A proposta aqui foi diferente, na medida em que escolhi indagar sobre aspectos nos quais a escola se mostra bem-sucedida. Reunindo elementos da articulação produzida em torno do binômio violência-paz, podemos ensaiar algumas respostas a esta questão.

Um dos efeitos mais nítidos dos discursos que afirmam o imperativo da paz tem sido marcar o convívio e o modo de viver populares como violentos. A partir de propostas de intervenção centradas em campanhas, aulas e oficinas voltadas ao convencimento e ao adestramento acerca de determinados padrões de conduta moral, reforça-se a perspectiva de que a violência é uma característica específica de determinados grupos ou territórios, geralmente atribuída tanto à dinâmica de poder estabelecida em torno do comércio varejista de drogas, quanto à origem familiar, socioeconômica ou cultural desta população. Portanto, nas entrelinhas do imperativo da paz, se afirma a violência de determinados grupos. Não a violência das lógicas de vida, das estruturas de governo, das políticas, mas dos grupos mais pobres e insubordinados, que frequentam a escola pública.

Ao enfatizar uma violência que estaria no modo de vida dos alunos e responsáveis, também se isenta ou atenua a responsabilidade do Estado e da Secretaria de Educação pelo que não vai bem na escola. Sendo assim, são cada vez menos discutidas as condições em que tem se dado o trabalho pedagógico: a formação dos professores, salas superlotadas,

metas e métodos predefinidos, plano de cargos, carreiras e salários inadequados, déficit expressivo de profissionais, dentre outros. Tanto nos discursos oficiais quanto nas avaliações que predominam no cotidiano escolar, não se reluta em afirmar: a grande causa do fracasso escolar é a violência.

Como contraposição à perspectiva maniqueísta que predomina nos discursos relacionados ao binômio violência-paz, trago o tom inflamado da genealogia foucaultiana (FOUCAULT, 1999). O filósofo afirma a existência de uma guerra que se espalha por todos os lados, propondo a vida cotidiana como um campo de batalha, onde estamos sempre a inventar recusas e microrebeliões ao poder que nos busca submeter. E ele adverte: nossos grandes discursos totalitários relegam os saberes e acontecimentos minoritários ao esquecimento, fazendo calar a guerra que produz a história.

Em um curso posterior, Foucault (2008) delimita melhor estas batalhas que se dão no cotidiano, nomeando-as como revoltas de conduta. Segundo afirma, este tipo de revolta não tem caráter genérico, não confronta diretamente o Estado em sua soberania, nem o modelo econômico vigente, não tem como objetivo a “tomada do poder”. São revoltas específicas, práticas e pontuais, que acontecem através do exercício da liberdade de conduzir-se em aspectos da vida. Cita o movimento de Lutero como a maior revolta de conduta já ocorrida no ocidente. Também são exemplos os levantes ocorridos contra os movimentos de higienização social, como as recusas à vacinação e aos princípios médicos de cuidado com a saúde. São movimentos que, inicialmente, não têm finalidade política ou econômica, ainda que depois venham a se articular a outras disputas e questões, adquirindo novas dimensões.

Este tipo de atitude ameaça o Estado e a conservação de suas instituições, na medida em que a reserva de autonomia que produz - na possibilidade de um governo de si que não está submetido às grandes manobras da população - pode se expandir, generalizar-se e pôr a soberania em questão.

Nesta perspectiva, as batalhas que têm se estabelecido nas escolas públicas ficam mais evidentes. Parte da população depositada em guetos e favelas constrói formas de vida singulares, que fogem a alguns controles sobre os modos de organização da vida. Como garantir obediência de um povo que não conta com o Estado como seu protetor, que vive muitas vezes apesar do Estado? Este povo construirá certa autonomia e passará a recusar uma série de convenções sociais às quais os demais aderem “para o bem de todos”: convenções sobre trabalho, saúde, educação das crianças e formação das famílias. Tornando-se insubmisso, o povo se torna perigoso. Segundo Foucault (1999, p. 129), “Lei, poder e governo significam a guerra, a guerra de uns contra os outros. Portanto, a revolta não vai ser a ruptura de um sistema pacífico de leis por uma causa qualquer. A revolta vai ser o reverso de uma guerra que o governo não para de travar”.

Na escola, a recusa ao Estado está em todas as partes: na grande infrequência, nos altos índices de evasão, no desinteresse pelos conteúdos ensinados, na falta de cuidado com o prédio, o mobiliário, o material escolar. Grande parte dos alunos e responsáveis sequer se importa com a possibilidade da reprovação.

Frequentemente, o discurso dos educadores se volta contra esse povo insubmisso, que não se conduz como deveria. Eles “não têm valores”, “não têm família”, “não têm referências”, dizem os docentes. A cultura que trazem, seu

ponto de vista sobre a vida, suas estratégias de cuidado de si não são reconhecidas enquanto tal, mas invalidadas. Talvez seja esta insubmissão que as diferentes vertentes de pacificação vêm aplacar, tanto através da pedagogia pacificadora nas escolas, quanto da ocupação militar pacificadora das favelas. Em uma mesma tacada, se afirma a exigência da obediência, por um lado, e a estigmatização daqueles que não se submetem como ameaças à ordem e à paz, conferindo legitimidade à sua eliminação pelas forças de coerção do Estado.

Com o estabelecimento do acesso universal e obrigatório à escola, a escola pública é a instituição mais prevalente em território nacional, com a qual as parcelas mais pobres da população são obrigadas a ter contato diário, por muitos anos. Este fato faz da escola uma das instituições mais estratégicas nos processos de controle da população. Por isso, as práticas discursivas e não-discursivas que vêm se produzindo a partir do cotidiano escolar – dentre as quais destaco a banalização do tratamento dos conflitos com os usuários da política educacional como casos de polícia e justiça – merecem nossa atenção e cuidado. Nesse sentido, perceber tais elementos como produções nas quais a escola tem sido bem-sucedida é estarmos atentos ao ronco surdo da batalha e ao fato de que nela assumimos posições.

## **Referências**

AUGUSTO, A. *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro, Lamparina: 2013.

BRITO, L. M. T. de. *Bullying e Cultura de Paz no advento da nova ordem econômica*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes: 1983.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLO, S. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: *Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos*. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf>. Acesso em: 28/08/2014.

MALAGUTI BATISTA, V. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2001.